

A ÁGUA E A ÉTICA

Joana Araújo*, Ana Sofia Carvalho , Michel Renaud

Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa

Rua Diogo Botelho 1327, 4169 – 005 Porto

ib@porto.ucp.pt

* autor para correspondência: jaraujo@porto.ucp.pt | tel. 226196216 | Fax 226196291

A água: a crise global no ambiente e a necessidade de uma nova acentuação ética

A crise ambiental com a qual nos temos vindo a deparar e que apresenta um crescimento exponencial não será resolvida, nem o seu espectro de acção diminuído, se não começarmos a equacionar a realidade de um modo diferente (Varner, 2004). No fundo, a desconsideração para com a natureza reflecte-se numa atitude negativa sobre o ser humano, como escreve Menéres (2002) no seu artigo *Ética e Ambiente*: “se nos considerarmos donos da natureza haverá uma catástrofe ecológica”.

Foi através da percepção do degradar da natureza, com origem na acção humana, que o ser humano reflectiu sobre o seu modo de conviver com a natureza, ou seja, sobre a dimensão moral desta convivência (Neves, 1997). O ser humano é o único ser que se reconhece como um ser moral, capaz de agir moralmente em função da liberdade e da responsabilidade que descobre em si mesmo.

Este é justamente o reconhecimento do ser humano como um ser ético, dotado de possibilidade de agir vinculada à exigência de reflectir e de decidir conscientemente sobre esse mesmo agir. Neste sentido, é fundamental reconhecer e, principalmente interiorizar e consciencializarmo-nos de que a natureza não humana é mais do que um simples recurso ou meio para fins humanos. É fundamental reconhecer que o exercício do dever de preservar a natureza se inscreve na própria estrutura moral humana, do qual é testemunho o próprio surgimento da Bioética.

O termo “bioética” surgiu pela primeira vez, em 1927, pela voz de Fritz Jahr. No seu artigo *Bio-Ethik*, Jahr utilizou esta definição para designar “a aceitação de obrigações éticas não apenas para com o ser humano, mas para com todos os seres vivos” (Jahr, 1927, citado por Coutinho, 2005). Através desta definição é possível entrever toda a preocupação com a questão ecológica, pois o autor procura atribuir ao ser humano responsabilidades em relação à vida global, isto é, à vida de todos os seres vivos. Mais tarde, decorria o ano de 1970 quando surgiu a referência ao termo “bioética” com o oncologista Van Potter, no artigo “*Bioethics, the Science of Survival*” e mais tarde no livro intitulado “*Bioethics, a Bridge to the Future*”. Potter, tendo por base a *Ética da Terra* de Aldo Leopold, entendia a

bioética como uma ponte entre ciência e humanidades "...eu escolho bio para representar o conhecimento biológico, a ciência dos sistemas vivos, e escolho ética para representar o conhecimento dos sistemas de valores humanos" (Neves, 1997). Todavia, rapidamente Potter estendeu a sua definição de bioética num sentido mais abrangente onde procurou englobar todos os aspectos relativos ao viver, ou seja, não só a ética biomédica, mas também a ética ambiental. A "Ponte para o Futuro" é precisamente essa possibilidade exclusiva do ser humano de, pela capacidade ética, sacrificar o presente para persistir na existência (Archer, 2000). A grande preocupação que Potter tinha pela interacção dos processos ambientais com a saúde fez com que despertasse a chamada "Consciência Ecológica" (Gafo, 1996).

Lentamente vai crescendo a consciência, de que, se por um lado a pressão da complexidade dos acontecimentos, a urgência e a vasta amplitude do problema ecológico, tende para travar a necessidade de mudança, por outro, esta mudança deve impor-se como necessária, o que exige uma mutação dos próprios princípios do pensamento (Morin, 1991). A diversidade e a magnitude dos problemas ambientais obrigaram a uma reflexão crescente que se traduziu também numa reflexão sobre os valores que temos vindo a atribuir ao ambiente e, conseqüentemente à natureza. São os diversos sistemas de valores que determinam o tipo de relacionamento a estabelecer entre o ser humano e a Natureza. O ser humano tem conhecimento das causas da crise ambiental e definitivamente tem de ser capaz de passar da teoria à prática e assim encontrar um caminho para a ultrapassar (Marques, 1998). Trata-se de um desafio ao nível da alteração dos padrões de comportamento, que passa pela institucionalização de uma lógica de prudência: "a afirmação das responsabilidades humanas em relação ao ambiente é gerada pela consciência dos danos que o próprio Homem lhe pode causar" (Leone, 2001). Apenas adaptando as nossas posturas antropocêntricas e egocêntricas de estar no mundo é possível superar a crise ambiental da nossa época, mesmo tendo noção de que um determinado grau de antropocentrismo continuará a existir sempre, uma vez que qualquer valor atribuído à natureza por parte do ser humano o é sempre com algum interesse (Neves, 1997).

Torna-se claro que existe uma necessidade crescente de favorecer o crescimento económico e social da comunidade, mantendo intacto o ecossistema. Não se trata de travar

o nosso desenvolvimento, mas sim de estabelecer regras de conduta que tenham como princípio provocar os menores danos possíveis à natureza e reparar os danos ecológicos, ou seja, é necessário procurar controlar o presente e reparar o passado em benefício do futuro.

Surge assim a necessidade de uma nova forma de conduta em relação à natureza, uma nova concepção filosófica Homem–Natureza (Nogueira, 2000). Nasce a Ética Ambiental que se pretende que venha a constituir um desafio e uma verdadeira exigência para uma nova concepção de humanismo, onde a liberdade e a responsabilidade deverão ser encaradas como gerando uma praxis múltipla e complexa – ética, política e economia sustentável (Fernandes, 2002). Assim, parece-nos oportuno a definição apresentada pela Sociedade de Ética Ambiental “a ética ambiental reflecte sobre os valores que atribuímos ou devemos atribuir ao ambiente e sobre os valores que orientam ou devem orientar as nossas relações com o mesmo, tendo como pressuposto o reconhecimento de que o ambiente é e deve ser objecto de valor” (Sousa, 2002).

A actual crise deve ser, então, entendida como uma oportunidade, onde o ser humano se depara com a necessidade urgente de encontrar uma resposta para os desafios do presente: “o problema da relação entre a ética e a crise ambiental pode e deve ser entendido como o impacto da ética sobre a crise ambiental e como o desafio que a crise ambiental levanta para a reflexão ética” (Renaud, 1996).

No entanto, enquanto o ser humano continuar a pensar e a agir em seu próprio proveito, a natureza continuará a ser vista como algo a conquistar e os animais como entes a serem utilizados para benefício do ser humano, o que se tornará inconcebível no nosso tempo: “a presença de um Homem num mundo surdo às necessidades da natureza é hoje insustentável; porque o diluir-se da especificidade do homem no mundo natural é hoje impensável” (Neves, 1997).

A ética ambiental integra-se no desenvolvimento novo de uma filosofia da existência humana, assente em novos valores sociais. A sua base é o estudo da relação Ser Humano – Natureza, tendo em conta que a natureza inclui todas as raças humanas e todos os seres existentes, abrangendo também a água, o solo e o ar. Tudo aquilo que existe tem o seu grau de importância e passa a englobar a nova relação ética (Sousa, 2002).

No entanto, o problema da crise ambiental, apesar dos progressos à escala mundial da designada consciência ecológica, está muito longe de se transformar na força motriz e consensual, capaz de mobilizar governos, empresas e opinião pública.

O respeito pelo ambiente depende de todos, de uma forma global, e de cada um de nós, em particular. No entanto, o consenso nesta matéria só se torna possível à custa de uma ampla mudança de mentalidades e de uma nova conduta de cada ser humano, passando por uma consciencialização ambiental e o compromisso preservacionista, ou seja, a conservação do maior bem que existe: a Natureza. Esta nova forma de comportamento ético permitirá que todos os seres possam usufruir, em conjunto, deste bem que é a vida. E a vida no planeta Terra, tal como nós a conhecemos, é indissociável da água. A vida começou nos oceanos através de formas muito simples de organismos celulares marinhos e, durante milhares de anos, apenas existiram seres microscópicos, um conjunto de células, muito primitivas, que habitavam na água.

A água constitui um recurso insubstituível na quase totalidade das acções humanas, quer como solvente, quer como meio de transporte para elementos necessários ao metabolismo, do ser humano assim como das plantas. Possui propriedades que nenhuma outra substância possui, é simultaneamente uma componente essencial às actividades humanas e ao ambiente, pois, para além de viabilizar a sobrevivência humana, proporciona dignidade à vida dos indivíduos através das necessidades básicas como a higiene e o saneamento básico (Toharia, 2004). Tal como sublinha Bouguerra (2005) na sua obra *As Batalhas da Água*, “todos somos parte integrante do ciclo global da água que nos une, através do sangue, do líquido raquidiano e do líquido amniótico das origens à terra e a toda a Biosfera”. A água, como fonte de vida, é também um factor vital de desenvolvimento nas suas componentes sócio-económicas, nomeadamente o abastecimento das populações e da indústria, a rega, o suporte aos ecossistemas, a produção de energia, o turismo, o transporte, a pesca, o lazer, etc. Como podemos então colocar em risco a qualidade, a quantidade e a distribuição dos recursos hídricos? Não estaremos, com este tipo de comportamento, a colocar em risco também a nossa própria sobrevivência?

Entre os espectros ambientais com que a humanidade se depara no século XXI – aquecimento global, destruição das florestas tropicais, excesso de pesca nos oceanos – a

grande escassez de água doce, sem sombra de dúvidas, ocupa o primeiro lugar da lista, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento. Os receios de um futuro de seca são levantados pelo crescimento previsto da população mundial – cerca de nove mil milhões para 2025, mas, uma vez que o volume de água doce disponível no planeta não aumenta, é fundamental retirar o máximo possível de cada gota de água porque, à medida que a população mundial vai aumentando, cresce a procura de alimento, a irrigação não controlada constitui uma ameaça grave para os rios, as zonas húmidas e para os lagos (Garcia, 2004).

Temos que ter presente que o binómio água – vida é indissociável, pois ambos os intervenientes possuem o seu valor fundamental e universal. Água é vida e símbolo de vida; água é fonte de desenvolvimento; o acesso à água é fruto e expressão da justiça e da equidade social. A água é um bem essencial para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, pois sem ela não é possível crescer. Porém, a explosão demográfica, a escassez e a falta de saneamento básico, a consideração da água como um bem público e do seu acesso como um direito humano fundamental, ainda que de forma implícita, o seu impacto nas políticas sociais e económicas, são as principais razões para a crescente crise mundial da sustentabilidade dos recursos hídricos. Daí decorre a necessidade para alcançar esta sustentabilidade, de uma gestão sustentável dos recursos de água, começando-se por encarar as questões ambientais com a mesma importância que a atenção reservada às questões económicas, sociais, geográficas, políticas e mesmo espirituais (Rahaman e Varis, 2003).

A questão da água interpela a humanidade no plano ético, no plano político, no plano da justiça e da solidariedade. Nenhuma outra questão merece mais atenção por parte da humanidade, pois ela determina a paz universal e o futuro de todos os seres vivos; deste modo só um olhar global e ético sobre os recursos hídricos permitirá compreender a sua importância excepcional para a permanência da vida humana na Terra.

Esta consciência, hoje praticamente universal, deu início a um processo de mudança que a actual geração tem o dever de seguir, para benefício próprio e das futuras gerações. É por isso urgente desenvolver uma ética comum contra a crescente escassez e vulnerabilidade da água, ética fundamental para a capacidade que os homens têm para

sobrepôr ao egoísmo do privilégio a consciência da responsabilidade colectiva das gerações futuras (Selborne, 2001).

Esta ética proporcionará a formação de uma humanidade consciente perante a vida na Terra e dará origem a um novo comportamento com preocupações na preservação global da natureza, tornando-se assim numa nova esperança para a vida humana no planeta.

A iminente mudança de paradigma

A crise ambiental é uma crise histórica, verdadeiramente singular e de proporções globais. O ser humano começa lentamente a ter a noção de que efectivamente o problema ambiental existe e que atinge toda a humanidade, sem distinção de raças nem de classes sociais. Criou-se a consciência de que é necessário olhar o mundo com outros olhos, ter a percepção de que efectivamente o ser humano faz parte do mundo e que depende dele, uma vez que as suas atitudes para com a natureza se reflectem directamente no seu modo de vida. Esta vida na Terra é como que um valor e a preservação das condições desta é como que um dever a ser considerado pelo novo agir do ser humano.

A Ética Ambiental começa assim a ser vista como uma nova filosofia de vida do ser humano, assente em novos valores sociais humanos. A sua base é a saudável relação entre o Homem e a Natureza, incluindo todas as raças humanas e todos os seres existentes, englobando também os elementos fundamentais à vida, a água, o solo, o ar, para não falarmos do espaço e do silêncio (Sousa, 2002).

Porém, não é possível considerar o meio ambiente como digno se continuarem a existir injustiça e desigualdade. O desafio desta nova ética reside na sua capacidade de cultivar uma ética de responsabilidade contribuindo assim para uma sociedade justa e solidária (Pessini, 2002). Para que a Ética Ambiental não seja uma utopia mas sim um fundamento para um novo modelo de desenvolvimento, é necessária uma modificação dos valores fundamentais, uma alteração nas nossas atitudes vitais e no nosso modo de vida.

E terá a natureza, que actualmente sofre diariamente golpes de origem tecnológica, ainda algo de comum com a natureza pura e genuína que conhecemos outrora ou com a

qual sonhamos? A nossa acção introduziu ambivalência dentro daquilo que parecia posto ao abrigo das nossas intervenções (Renaud, 2001). Diferenciamo-nos da natureza a ponto de nos julgarmos estrangeiros, mas não podemos nem devemos separar-nos dela se quisermos continuar a aventura da vida. Devemos abandonar para todo o sempre a pretensão de domínio e conquista da natureza, tarefa que aparentemente Descartes, Bacon ou Marx atribuíram à humanidade, como se fossemos seres alheios a essa natureza. Este projecto tornou-se aliás irrealista a partir do momento em que percebemos que o imenso cosmos fica fora do nosso alcance. O ser humano tomou consciência de que o devir prometido pela tecnociência conduz à ruína da biosfera e por consequência ao suicídio da humanidade.

Contudo, ainda está muito longe o tempo em que o problema ambiental funcionará como assunto capaz de mobilizar governos, empresas e toda a sociedade. Não bastam o aperfeiçoamento tecnológico, nem a modificação dos modelos de crescimento económico; é necessário um desenvolvimento com igualdade baseado no conceito de sustentabilidade. O ser humano tem que adquirir uma atitude cada vez mais activa, substituindo assim por ela a passividade que durante tantos anos provocou a um ritmo alucinante a degradação do ambiente. É necessário acreditar que esta nova perspectiva fará brotar uma humanidade mais consciente perante a vida na Terra, o que por sua vez dará origem a um novo comportamento humano ocupado e preocupado pela preservação da natureza; numa palavra, criar-se-á assim uma nova esperança de vida. É no crescimento desta autonomia responsável que o aprende a ser e a saber ser.

Mas se é certo que o ser humano tem que ser valorizado, sabemos hoje que só o podemos valorizar verdadeiramente se também valorizarmos a vida, de tal modo que o respeito profundo pelo homem passe pelo respeito profundo pela vida. Definimo-nos simultaneamente pela nossa inserção e pela nossa distinção relativamente à natureza (Morin, 1991). Não se trata de rejeitar e condenar, mas sim de criar contra-orientações, contra-pesos, contra-projectos, contra-movimentos aptos a contrabalançar os anteriores (Küng, 1990).

Os problemas do meio ambiente representam um desafio de sobrevivência para a humanidade que está a entrar no século XXI. A crise ambiental é uma crise histórica

verdadeiramente singular e de proporções verdadeiramente globais. Deve, por isso, existir o critério de que não haverá saúde individual sem saúde ambiental e que de pouco servirá o que nós chamamos de bem estar da população se esta acção não for acompanhada da conservação do meio ambiente, da sociedade em geral e da democracia em particular, justamente porque é só com justiça e liberdade que o ser humano consegue atingir os seus objectivos. O ser humano está a enfrentar o holocausto ambiental e está a ser obrigado a um "mea culpa", pela devastação da Terra, a delapidação dos recursos naturais e a deterioração da biosfera.

A consciência ecológica procura, assim, uma nova atitude do ser humano para com a Terra e a sua relação íntima com ela. A Ética Ambiental cria uma nova ordem mundial com alicerces em valores extra-sociais humanos, apoiando-se fundamentalmente na relação do Homem com a natureza, desenvolvendo a consciência de que é parte viva na Terra e como tal, tem o dever de desenvolver uma nova conduta comportamental.

A pressão exercida pela ética é fundamental, mas só uma maior transparência por parte das entidades responsáveis e um reforço da participação da sociedade nos processos de decisão poderão dar vida ao novo paradigma ético. Também, a educação ambiental ou, segundo a designação actual mais comum, a educação para a cidadania poderá exercer uma influência determinante uma vez que ela tem como principal papel criar uma sociedade (política + cidadão comum) que seja responsável pelo "mundo" que habita. Ter uma atitude ecológica é assumir essa responsabilidade, enquanto cidadão, de forma ininterrupta e em qualquer lugar (Bouguerra, 2005).

Felizmente, nos últimos tempos temos sido presenteados, ainda que de forma suavizada, com uma atitude de mudança cultural, face a um dos problemas mais actuais da crise ambiental: a degradação dos recursos hídricos. Todavia, continua a assistir-se a uma extrema inércia perante a necessidade de actuar face a esta situação. Passar do diagnóstico teórico à sua terapia concreta tem-se revelado uma operação morosa e complexa (Morin, 1991).

A água constitui um recurso insubstituível na quase totalidade das actividades humanas e no ambiente. A dinâmica da sua circulação e a aleatoriedade da sua ocorrência impõem regras práticas de gestão que conduzem necessariamente a uma abordagem

integrada territorialmente no espaço físico da bacia hidrográfica ou do aquífero (Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, 1995). As suas múltiplas aplicações, por vezes até responsáveis por conflitos, obrigam a uma interacção no espaço das utilizações, levando a compatibilizar as lógicas e as dinâmicas próprias de cada sector e a dar coerência à acção das diversas entidades que participam, directa ou indirectamente, no planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos.

As intervenções a emprender no domínio hídrico não podem limitar-se a encarar as linhas de água, as albufeiras ou os aquíferos como meras fontes de captação ou locais de rejeição. É necessário atender aos múltiplos valores ambientais e patrimoniais dos meios hídricos, nomeadamente ao seu destacado papel na conservação dos ecossistemas (Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, 1995).

Se nada for feito para alterar as instituições e as políticas actuais no domínio da água, estas nunca conseguirão fazer com que todos os seres humanos tenham acesso a água potável em quantidade e qualidade suficiente, e nem elas chegarão a utilizar e a valorizar de maneira sustentável os recursos hídricos do planeta. A verdade é que existem soluções para os problemas da água; contudo, é imperativa a mobilização para procurar, propor e levar a cabo políticas alternativas. A água é um assunto que envolve muitos actores e, portanto tem de ser considerada como um problema político que requer a criação de “palcos” deliberativos e representativos para a promoção de uma comunicação democrática horizontal entre todos os actores envolvidos (Herrera, 2005).

Uma ética centrada no uso eficiente e sustentável dos recursos hídricos tem como função encaminhar esta nova visão da problemática ambiental. A consciência do grupo dos agentes assume, por isso, uma dupla função: por um lado, a sua tarefa é encarada como sendo utópica; por outro é vista como a “consciência ética (colectiva)” (Renaud, 2001).

A gestão dos recursos hídricos é tanto um problema público como um campo de luta onde se enfrentam interesses divergentes. Não chega ver a água como “o sangue do nosso planeta”, ainda é preciso ponderar e verificar se o direito à vida, à vida dos homens e da natureza, é ou não é garantido pelas decisões dos homens. Devemos encarar o ambiente como uma responsabilidade social e como um factor estratégico de sustentabilidade. O ser humano deve pensar em si não como um ser individual, mas, tal como disse Edgar Morin

na sua obra *Os problemas do fim do século*, um ser autónomo, auto-eco-organizador, onde a sua autonomia é inseparável da sua dependência (Morin, 1991).

Responder sem rodeios e sem manobras a questões vitais como a pobreza, a falta de saneamento básico, a má distribuição e a baixa qualidade da água, é uma condição para a nossa própria sobrevivência na Terra. O desafio é claro: deve-se colocar de pé uma ética de gestão e de distribuição da água que permita a todos viver em paz e cooperação.

Bibliografia

ARCHER, L. (2000) (Apres.) – *Ética e Genoma Humano*. Lição-debate do I Curso de Mestrado de Bioética da Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa, Braga.

BOUGUERRA, M. 2005. *As Batalhas da Água: Por um bem comum da humanidade*. Campo das Letras. Porto.

COUTINHO, V. (2005) – *Bioética e Teologia: Que paradigma de interação?* Coimbra: Gráfica de Coimbra.

FERNANDES, J. (2002) – *A Política e o Ambiente. A dimensão do indivíduo*. Lisboa: Instituto Piaget.

GAFO, J. (1996) – «Ecologia». In: *10 Palavras Chave em Bioética*. Gráfica de Coimbra, pp. 357-393.

GARCIA, (2004) – *Sobre a Terra*. Lisboa: Público.

HERRERA, C. 2005. IV Fórum mundial da água – ações locais para um desafio global. *Revista Eco21*. Ano XV nº 101.

- KÜNG, H. (1990) – *Projecto para uma ética mundial*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LEONE, S. (2001) – «Ecologia». In: *Dicionário de Bioética*, coord. Salvino Leone, Salvatore Privitera, Jorge Teixeira da Cunha. Editorial Perpétuo Socorro, pp. 351 – 355.
- MARQUES, V. S. (1998) – *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- MENÉRES, J.P. (2002) – «Ética e Ambiente». In: *Cadernos de Bioética*. Ano XII nº 29, pp. 49 – 53.
- MORIN, E. 1991. O Pensamento Ecologizado. In *Os Problemas do Fim de Século*. 3ª ed. Editorial Notícias, pp. 177-191.
- NEVES, M. C. P. (1997) – «Ética e Ambiente». In: *Ética da Vida, Vitalidade da Ética*. Porto: Gabinete de Investigação de Bioética, pp. 145 – 161.
- NOGUEIRA, V. (2000) – *Introdução ao Pensamento Ecológico*. Lisboa: Edições Plátano.
- PESSINI, L. (2002) – *Problemas Actuais de Bioética*. São Paulo: Edições Loyola.
- PLANO NACIONAL DA POLÍTICA DO AMBIENTE 1995. Lisboa. Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (2001). Lisboa. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território; Instituto da Água.
- RAHAMAN, M.; VARIS, O. (2003) (Apres.) – *The ethics of water: some realities and future challenges*. Proceedings of 2nd Dubrovnik Conference on Sustainable Development of Energy, Water and Environment Systems, 15-20 June 2003, Dubrovnik, Croatia.

RENAUD, I. (1996) – «Ética do Ambiente e sobrevivência do Homem». In: *Bioética*, coord. Luís Archer, Jorge Biscaia, Walter Osswald. Verbo, pp.131 – 134.

RENAUD, I. 2001. Ética e Ecologia *In* Novos Desafios à Bioética. Coord. Luís Archer, Jorge Biscaia, Walter Osswald, Michel Renaud. Porto Editora, pp. 272-276.

SELBORNE, L. 2001. A ética do uso da água doce: um levantamento. Brasília. Publicações Unesco.

SOUSA, D. (2002) – «O Ambiente no caminho da Ética». In: *Revista Ozono*. Nº 16, pp. 19 – 21.

TOHARIA, M. 2004. El agua y la vida: um binomio en peligro. Proceedings of III World Conference on Bioethics, 27 September at 1 October 2004, Cuenca.

VARNER, G. (2004) – «Ética e o Ambiente». In: *Bioética para as Ciências Naturais*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, pp. 161 – 180.